

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2017.

Em 2017, diante do cenário econômico, no Brasil, a atividade econômica retomou a trajetória de recuperação, embora lenta, em um cenário de descompressão consistente da inflação corrente e das expectativas inflacionárias. Esse movimento foi determinado, em grande medida, pelo avanço no consumo das famílias, favorecido pelo aumento da massa de rendimentos reais, na esteira do processo de desinflação e da redução, ainda que modesta, da taxa de desemprego. Na mesma direção, também contribuiu para a retomada da economia brasileira a melhora, ainda também que modesta, das condições de mercado de crédito, em particular no segmento de pessoas físicas, diante da redução do comprometimento da renda das famílias e da flexibilização da política monetária, que levou a taxa básica de juros, a Selic, ao patamar de 7,0% a.a. ao final de 2017. A FCC S/A manteve foco em segurança, saúde, meio-ambiente tendo como Missão o fornecimento de catalisadores, aditivos e soluções para as indústrias de petróleo e química de forma rentável e com a Visão de ser uma empresa reconhecida como de alta tecnologia, líder nos mercados onde atua, de forma ética, rentável, competitiva, ambientalmente correta e socialmente responsável. Superamos as metas de qualidade com

o atendimento a todas as especificações dos nossos produtos, bem como completamos dez anos de eficientes líquidos especificados a 100%, o que demonstra nossa responsabilidade com o meio ambiente, bem como, com nossos clientes. A receita líquida do ano de 2017 fechou em R\$ 359 milhões sendo praticamente a mesma do ano anterior, demonstrando que somos uma empresa sólida e comprometida com a entrega de nossos produtos aos nossos clientes. A produção ficou em linha com o orçamento, ações de pesquisa e desenvolvimento seguem na linha da criação de aditivos e reformulações de catalisadores buscando aumentar a performance das refinarias e/ou atender requisitos legais. O lucro líquido foi de R\$ 69 milhões, contra R\$ 71 milhões em 2016. Possuímos um contrato de longo prazo com a Petrobras para fornecimento de catalisadores e aditivos durante o prazo de 10 anos, assinado em 2015, o que permite a FCC S/A planejar seus negócios e investimentos a médio e longo prazo. Na mesma linha, a partir do 2º semestre de 2017 iniciamos o fornecimento de catalisadores e aditivos para a Albemarle, cuja demanda se estenderá para o ano de 2018.

A Diretoria da FCC S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.997	77.812	Fornecedores		6.235	3.982
Contas a receber	5	62.034	56.336	Férias, salários e encargos sociais		8.121	8.292
Estoques	6	41.648	37.725	Imposto de renda, contribuição social e outros			
Impostos a recuperar	7(a)	11.891	8.555	Impostos a recolher	7(b)	17.268	14.186
Adiantamento a fornecedores	8	4.673	4.880	Provisões de custos industriais e outros	16	7.120	6.594
Outros ativos circulantes	9	3.501	2.051	Contas a pagar de materiais e serviços	17	6.625	4.991
		204.744	187.359			45.368	38.045
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	14	6.556	6.177	Provisão para contingências	14	576	411
Impostos a recuperar	7(a)	604	506	Impostos diferidos	7(c)	1.685	1.503
Investimentos		-	360			2.261	1.914
Imobilizado	10	89.748	89.059	<b>Patrimônio líquido</b>	18	145.000	145.000
Intangível	11	1.695	2.573	Capital social		29.000	26.667
		98.603	98.675	Reserva legal		43.006	43.006
<b>Total do ativo</b>		<b>303.347</b>	<b>286.034</b>	Reserva de capital de giro e reinvestimentos		38.712	31.402
				Dividendo adicional proposto		255.718	246.075
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>303.347</b>	<b>286.034</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
	Reservas Estatutárias					Lucros		
	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital de giro e reinvestimentos	Reserva de dividendos	Reserva adicional			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	18a	145.000	23.119	51.330	25.257	-	244.706	
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores	18c	-	-	-	(25.257)	-	(25.257)	
Pagamento de dividendos com saldo da reserva de capital de giro e reinvestimentos	18c	-	-	(8.324)	-	-	(8.324)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	70.950	70.950	
Destinações:								
Reserva legal	18b	-	3.548	-	-	(3.548)	-	
Dividendos propostos	18c	-	-	-	-	(36.000)	(36.000)	
Dividendo adicional proposto	18c	-	-	-	31.402	(31.402)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	18a	145.000	26.667	43.006	31.402	-	246.075	
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores	18c	-	-	-	(31.402)	-	(31.402)	
Pagamento de dividendos com saldo da reserva de capital de giro e reinvestimentos	18c	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	69.045	69.045	
Destinações:								
Reserva legal	18b	-	2.333	-	-	(2.333)	-	
Pagamento de dividendo antecipado	18c	-	-	-	-	(28.000)	(28.000)	
Dividendo adicional proposto	18c	-	-	-	38.712	(38.712)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	18a	145.000	29.000	43.006	38.712	-	255.718	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

**1. Contexto operacional:** A Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, cujo objetivo é desenvolver, produzir, comercializar, importar e exportar catalisadores e produtos afins. O parque industrial, localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro, possui capacidade para atender a demanda nacional e a do mercado externo de sua influência. Conforme detalhado na nota 12, a Sociedade realiza a maioria de suas transações relevantes com uma de suas acionistas, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sendo seu plano de negócios significativamente influenciado por conta das referidas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. A Sociedade também possui participação da Albemarle Brazil Holdings Ltda, formando um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) entre ambos acionistas, conforme composição descrita na nota 14. Ressaltamos que no exercício de 2017 ocorreu incremento nas vendas de catalisadores e aditivos para a Albemarle nas unidades de Houston nos Estados Unidos e Amsterdã na Holanda, para atendimento nos mercados estrangeiros onde há atuação da Albemarle. A expectativa da Administração é que essas vendas devam seguir durante o todo o exercício de 2018. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 9 de fevereiro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos, exceto pelos instrumentos financeiros, que são mensurados pelos seus valores justos, conforme relatado nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado o valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **(i) Impostos de renda, contribuição social e outros impostos:** A Sociedade está sujeita ao imposto sobre a renda. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. As políticas encontram-se mais detalhadas na nota 3(k). **(ii) Benefícios de planos de pensão:** O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Sociedade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada. As políticas encontram-se mais detalhadas na nota 3(g). **(iii) Provisões para contingências judiciais:** Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **b. Instrumentos financeiros:** **(i) Ativos financeiros não derivativos:** A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: recebíveis e caixa e equivalentes de caixa. **Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa

abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Capital social:** Todo o capital social é representado por ações ordinárias as quais são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. Já os dividendos adicionais propostos são reconhecidos no patrimônio líquido e distribuídos aos sócios mediante aprovação formal requerida pelos instrumentos legais da Sociedade. Mais detalhes estão evidenciados na Nota Explicativa 14. **c. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensuráveis pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A planta industrial é destinada ao processamento de produtos químicos, altamente agressivos, o que requer uma manutenção permanente e planejada, cujo custo vai diretamente ao resultado do exercício ou é ativado quando aumenta a vida útil e econômica dos bens. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Terrenos e obras em andamento não são depreciados, edifícios são depreciados em 25 anos, máquinas, equipamentos e instalações são depreciados entre 5 e 10 anos e outros imobilizados são depreciados entre 5 e 10 anos. O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A sociedade efetuou o teste de impairment em parte de seu ativo, mais precisamente à linha de transmissão 138 Kv, para ajuste do ativo em face ao valor justo e reconheceu os referidos efeitos nessas demonstrações financeiras, conforme evidenciado na nota explicativa 7. Para os demais ativos, a Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado. **d. Intangível:** Refere-se principalmente a software, adquirido de terceiros, cuja amortização é calculada pelo método linear em 5 anos. O valor recuperável do ativo intangível é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. **e. Estoques:** Os estoques são registrados com base no custo de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques estão valorizados pelo custo médio e os valores contabilizados não excedem o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas com vendas. A provisão para obsolescência ou realização é constituída, se necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos seus estoques. **f. Redução a valor recuperável ("Impairment"):** **(i) Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **(ii) Ativos não financeiros:** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). **g. Benefícios a empregados:** **(i) Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a patrocinadora paga contribuições definidas para uma Sociedade multipatrocinada (Fundo de Pensão) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. **(ii) Planos de benefício definido:** Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego sob o qual a patrocinadora paga contribuições que variam de acordo com o plano de custeio anual calculado com base nos compromissos do plano de benefício definido. A obrigação líquida da patrocinadora quanto aos planos de previdência de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados irão auferir como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é obtida com base em títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações do plano de benefícios e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por atuários qualificados e registrados no IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, por meio do método de crédito unitário projetado. **h. Provisões:** Uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios CPC 25 econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **i. Receita:** A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens são transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e, finalmente, (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. O momento da transferência de propriedade e dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para a venda de catalisadores, a transferência normalmente acontece quando o produto é entregue ao armazém do cliente ou quando chega à refinaria. Entretanto, para os embarques internacionais, a transferência ocorre mediante o carregamento de mercadorias no respectivo navio localizado no porto. **j. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	2017	2016
Receita	19	359.497	379.393
Custo dos produtos vendidos	20	(213.614)	(231.617)
<b>Lucro bruto</b>		<b>145.883</b>	<b>147.776</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	20	(57.756)	(59.005)
Outras (despesas) receitas, líquidas	21	7.764	11.637
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos</b>		<b>95.891</b>	<b>100.408</b>
Despesas financeiras	22	(153)	(44)
Receitas financeiras	22	8.171	10.486
Variações monetárias, líquidas	22	634	(4.018)
<b>Resultado financeiro, líquidos</b>		<b>8.652</b>	<b>6.424</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>7(c) 104.543</b>	<b>106.832</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>7(c)</b>	
Corrente		(35.314)	(34.193)
Diferido		(184)	(1.689)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>69.045</b>	<b>70.950</b>
<b>Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - Básico e diluído em R\$</b>		<b>137,50</b>	<b>141,29</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016. (Em milhares de reais)

	2017	2016
Resultado do exercício	69.045	70.950
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>69.045</b>	<b>70.950</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2017	2016
Lucro líquido do exercício		69.045	70.950
Ajustes			
Provisão para impairment		1.162	-
Provisão para crédito e liquidação duvidosa		145	-
Depreciação e amortização	10 e 11	16.137	14.566
Provisão de imposto de renda e da contribuição social corrente		35.314	34.193
Provisão para contingências e outros		165	(221)
Resultado na venda/baixa de ativo imobilizado e intangível		307	(49)
Reclassificação de ativo intangível para despesa operacional		-	22
Impostos diferidos		184	1.689
Provisões de custos industriais e outros		526	(1.113)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizadas		1.158	(2.038)
		124.143	117.998

**(Aumento) redução em ativos**

Contas a receber de clientes	(6.158)	5.195
Estoques	(3.923)	6.418
Impostos a recuperar	(3.477)	(2.185)
Depósitos judiciais e outros	(751)	(1.118)
Outros ativos circulantes	(1.244)	222
	(15.553)	8.532

**Aumento (redução) em passivos**

Fornecedores	1.831	(5.219)
Provisão para férias, salários e encargos sociais	(172)	1.042
Impostos e contribuições a recolher	(16.129)	6.403
Contas a pagar de materiais e serviços	1.634	(4.271)
	(12.836)	(2.045)

**Caixa gerado nas operações**

Imposto de renda e contribuição social pagos	95.754	124.485
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>79.650</b>	<b>97.020</b>

**Fluxo de caixa das atividades de investimentos**

Receita na venda de ativo imobilizado	21	106	68
Aumento do imobilizado e intangível	14	(17.168)	(11.300)

**Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos**

	(17.062)	(11.232)
--	----------	----------

**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

Pagamento de dividendos	(59.403)	(78.000)
-------------------------	----------	----------

**Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento**

	(59.403)	(78.000)
--	----------	----------

**Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa no exercício**

	3.185	7.788
--	-------	-------

**Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa:**

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	77.812	70.024
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	80.997	77.812

**Aumento (redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa no exercício**

	3.185	7.788
--	-------	-------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **k. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma Sociedade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **l. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas e a média ponderada das ações em circulação

seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo, política pela qual a Sociedade optou pela adoção. A Sociedade acredita que, apesar de as perdas por redução ao valor recuperável tenderem a aumentar e tornarem-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9/CPC 48, não espera haver impacto significativo da adoção da norma em função de não existirem perdas recorrentes com saldo representativo e o índice de inadimplência ser historicamente baixo (conforme divulgado na nota explicativa 5). **Passivos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: • o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e • o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Sociedade não possui passivos financeiros mensurados ao VJR. **Divulgações:** A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Sociedade incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais, os quais a Sociedade está em processo de implementação. **b. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A Sociedade reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a transação de venda dos catalisadores é faturada e disponibilizada para transporte ao cliente, cujo frete é de responsabilidade do comprador. A Sociedade ainda não finalizou a avaliação e teste sobre os controles relacionados aos sistemas envolvidos na adoção da referida norma e as novas políticas estão sujeitas à mudanças até que a Sociedade apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de adoção inicial. Ainda assim, mesmo não esperando impactos significativos em suas demonstrações financeiras, a Sociedade identificou os possíveis impactos em relação a adoção inicial.

	Ajustes estimados	Saldo de abertura
	IFRS 15	ajustado 01/01/2018
31/12/2017	(168)	(168)
Frete		
<b>Divulgações:</b> A Sociedade planeja adotar a referida norma usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado. <b>c. IFRS 16 Leases (arrendamentos):</b> A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Não é esperado impacto significativo em relação a arrendamentos financeiros nas demonstrações financeiras da Sociedade visto que não existem bens arrendados durante o ano de 2017.		

	2017	2016
<b>4. Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e depósitos à vista	1.191	6.618
Aplicações financeiras	79.806	71.194
	<u>80.997</u>	<u>77.812</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancários (CDB) com opção de recompra a qualquer instante, operações compromissadas em debêntures, remuneradas a taxas que variam entre 97,5% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CD) em 2017 e 2016.

	2017	2016
<b>5. Contas a receber</b>		
No país - partes relacionadas (Nota 10)	37.668	38.953
No exterior - partes relacionadas (Nota 10)	11.613	1.441
No exterior - terceiros	11.769	15.680
Outras contas a receber - partes relacionadas (Nota 10)	508	—
Outras contas a receber - terceiros	621	262
Total do contas à receber bruto	62.179	56.336
PCLD	(145)	—
Total do contas à receber líquido	<u>62.034</u>	<u>56.336</u>
O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:		
A vencer	2017	2016
Vencidas:	48.009	40.070
De 01 à 30 dias	10.311	8.538
De 31 à 90 dias	3.401	3.513
De 91 à 180 dias	91	3.685
Acima de 180 dias	367	530
Total	62.179	56.336
Prazo médio de recebimento	52	44

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade constituiu provisão para crédito e liquidação duvidosa no valor de R\$ 145 mil em função da existência de créditos com idade superior a 180 dias e com baixa expectativa de recebimento, respeitando a política de controle de inadimplência adotada. A Sociedade não constituiu a provisão para o exercício de 2016 por conta de renegociações de créditos conduzidas com alguns de seus clientes, o que diminuiu o risco de crédito e não demandou a constituição de provisão.

	2017	2016
<b>6. Estoques:</b>		
Matérias-primas	6.556	7.474
Produtos intermediários	1.370	1.523
Produtos acabados	24.847	19.292
Almoarifado de partes	8.556	8.586
Outros	319	850
	<u>41.648</u>	<u>37.725</u>

	2017	2016
<b>7. Impostos: a. Impostos a recuperar:</b>		
	Não Circulante	Não Circulante
ICMS	493	604
PIS e COFINS (i)	11.287	8.042
IPI	112	52
Total	<u>11.891</u>	<u>8.555</u>

O saldo de pis e cofins no ano de 2017 de R\$ 11.287 (R\$ 8.042 em 2016), apresentou um incremento devido a ativo pleiteado junto ao fisco e crédito legalmente reconhecido. As compensações serão realizadas ao longo do exercício de 2018.

	2017	2016
<b>b. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher:</b>		
Imposto de renda (i)	12.462	10.086
Contribuição social (i)	3.675	2.237
ICMS	732	1.444
Outros impostos e contribuições a recolher	398	419
	<u>17.268</u>	<u>14.186</u>

(i) O aumento no saldo do Imposto de renda e da Contribuição Social, se comparado com o ano de 2016, deu-se em virtude da redução na compensação dos valores devidos com créditos tributários de Pis e Cofins. **c. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, conforme abaixo:

	2017	2016
<b>Imposto de renda e contribuição social diferida</b>		
Provisão de insumos e outras despesas- adição	6.860	6.128
Provisão para contingências e outros - adição	576	410
Lucros diferidos e outros - exclusão	(12.390)	(10.958)
Base de cálculo	(4.954)	(4.419)
Imposto de renda/contribuição social diferida (passiva - alíquota de 34%)	(1.685)	(1.503)

A conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é como se segue:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	104.543	106.832
Alíquota nominal	34%	34%
	35.545	36.323

	2017	2016
Efeitos das diferenças permanentes:		
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas	(48)	(441)
Corrente	(35.314)	(34.193)
Diferido	(183)	(1.689)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(35.497)	35.882
Alíquota efetiva	34%	34%

	2017	2016
<b>8. Adiantamento a fornecedores:</b>		
Fornecedores nacionais	78	131
Fornecedores exterior	999	1.565
Fornecedores de serviço	3.596	3.184
	<u>4.673</u>	<u>4.880</u>

Os adiantamentos aos fornecedores são efetuados para realização de operações de importações e exportações e não possuem característica de longo prazo e não estão sujeitos a perspectiva de perda.

	2017	2016
<b>9. Outros ativos circulantes:</b>		
Adiantamento de Férias	158	114
Adiantamento a Funcionários	2	14
Impostos antecipados	1.737	599
Despesas Antecipadas	1.582	1.279
Outros	23	45
	<u>3.502</u>	<u>2.051</u>

**10. Imobilizado:**

	Terrenos e edifícios	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras em andamento e veículos	Móveis utensílios e Outros	Total
<b>Custo</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	44.423	316.100	28.535	20.196	409.254
Adições	—	—	10.973	327	11.300
Alienações e baixas	(8.545)	(50.478)	—	(979)	(60.002)
Transferências	1.929	5.575	(9.857)	2.353	—
Transferências para ativos intangíveis	—	—	(931)	—	(931)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	37.807	271.197	28.720	21.897	359.620
Adições	—	(457)	16.724	901	17.168
Alienações e baixas	—	(1.015)	—	(1.913)	(2.928)
Transferências	2.898	29.057	(34.664)	2.709	—
Transferências para ativos intangíveis	—	—	(408)	—	(408)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	40.705	298.782	10.372	23.594	373.453
<b>Depreciação</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(20.850)	(266.807)	—	(15.408)	(303.065)
Depreciação do exercício	(939)	(12.438)	—	(1.133)	(14.510)
Alienações e baixas	—	26	—	107	133
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(21.789)	(279.219)	—	(14.434)	(305.442)
Depreciação do exercício	(1.170)	(10.970)	—	(2.711)	(14.851)
Alienações e baixas	—	1.018	—	1.851	2.869
Impairment	—	—	—	(1.162)	(1.162)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(22.959)	(290.171)	—	(16.756)	(319.886)
<b>Valor residual contábil</b>					
Em 31 de janeiro de 2016	23.473	317.097	28.720	5.156	89.059
Em 31 de dezembro de 2017	17.746	208.611	10.372	6.838	73.567

No ano de 2010, o projeto denominado HYPE iniciou a fase conceitual, que consistiu na segregação de informações sobre o tipo de projeto a ser desenvolvido, na realização da projeção orçamentária, na estimativa de tempo para concretização da obra, além de diversos estudos de engenharia cujo resultado serviu de base para geração das primeiras versões dos documentos técnicos do projeto e, para estimar os custos do projeto. A unidade teve seu desenho projetado para instalação nas dependências da Sociedade, no Distrito Industrial de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, em função do aproveitamento das sinergias com as instalações existentes. Em 2015 a Petrobras oficialmente suspendeu os investimentos na construção de refinarias que estariam garantindo o consumo desses catalisadores de HPC. Mesmo que no futuro haja uma retomada dos investimentos por parte da Petrobras, serão necessários novos estudos e atualização do atual projeto. Diante do exposto foi feita a baixa do montante do projeto no valor de R\$ 23.324 mil impactando no resultado da Sociedade. Foram baixados em 2016, valores referentes à lei 8.200/1991, a título de correção monetária de bens do ativo permanente. Em seu art 2º da referida lei diz que as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão efetuar correção monetária especial das contas do Ativo Permanente, com base em índice que reflita a nível nacional, variação geral de preços. Os projetos em andamento são destinados a renovação da planta, cujos custos de ativação irão incorrer a partir do exercício social de 2018. Ao longo do exercício social de 2017 foram realizadas revisões de vida útil dos ativos, não sendo identificadas alterações. No ano de 2017, parte de nosso imobilizado mais precisamente a linha de transmissão 138Kv foi submetido ao teste de impairment, de acordo com o CPC 01, através do método do valor justo menos despesas de venda e foi constituída a provisão para perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 1.162 mil. Durante o ano de 2017, foram realizadas diversas imobilizações, dentre elas destaca-se a linha de transmissão 138 Kv, cujo projeto, perfaz um valor no montante de R\$ 21.594 mil.

	2017	2016
<b>11. Intangível: Custo</b>		
Saldo em 1º de janeiro de 2016	14.669	—
Adições	—	—
Alienações e baixas	(6)	—
Transferências do imobilizado	909	—
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.572	—

	2017	2016
<b>Software</b>		
Saldo em 1º de janeiro de 2016	14.669	—
Adições	—	—
Alienações e baixas	(6)	—
Transferências do imobilizado	909	—
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.572	—

	2017	2016
<b>Amortização</b>		
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(11.542)	—
Alienações e baixas	5	—
Amortização do exercício	(1.462)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(12.999)	—
Alienações e baixas	—	—
Amortização do exercício	(1.286)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(14.285)	—

**Valor residual contábil**  
Em 31 de dezembro de 2016: 2.573  
Em 31 de dezembro de 2017: 1.695

**12. Transações entre partes relacionadas:**

**a. As transações entre partes relacionadas são resumidas como se segue:**

	Contas a receber de produtos vendidos	Custo dos produtos vendidos	Contas a pagar de materiais e serviços	Despesas operacionais
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	37.668	161.582	287.494	185
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	—	252	478	—
Albemarle Corporation	12.121	24.450	31.970	—
Albemarle Overseas Employment Corporation	—	—	—	224
Total em 2017	<u>49.789</u>	<u>186.284</u>	<u>319.942</u>	<u>409</u>
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	38.792	177.579	302.456	269
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	161	259	475	—
Albemarle Corporation	1.441	7.021	9.204	1.883
Albemarle Overseas Employment Corporation	—	—	—	269
Outros	—	—	—	185
Total em 2016	<u>40.394</u>	<u>184.859</u>	<u>312.135</u>	<u>2.605</u>

As transações com partes relacionadas são efetuadas de forma semelhante às que seriam aplicadas em transações com terceiros. As contas a receber e/ou a receita de vendas com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. e Petrobras Energia S.A referem-se às operações de vendas de catalisadores e representam cerca de 80% do faturamento total da Sociedade. O contas a pagar de materiais e serviços e/ou os custos de produtos vendidos com as empresas ligadas do acionista Albemarle Corporation referem-se às operações de compra de beneficiamento e insumos secundários que auxiliam indiretamente na produção dos catalisadores. No exercício de 2016 a Sociedade possuía contas a pagar de R\$185 com a sua subsidiária Fomento de Catalizadores Y Aditivos S.A., a qual foi liquidada e extinta no ano de 2017. **b. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, cuja remuneração paga ou pagar está demonstrada, a seguir:

	2017	2016
Benefícios de curto prazo	1.632	1.652
Benefícios pós-emprego	305	80
	<u>1.937</u>	<u>1.732</u>

**13 Plano de benefícios a empregados:** A Sociedade é patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria para os seus empregados, por meio do patrocínio de um fundo de pensão com plano de contribuição definida, no qual o regime atuarial de determinação do custeio é o de capitalização, e de um plano de benefício definido para um pequeno número de empregados, ambos administrados pelo ICATU Fundo Multipatrocinado - IcatuFMP. Em 2017, as contribuições da Sociedade somaram R\$ 1.862 (R\$ 1.595 em 2016) calculadas entre 60% a 140% sobre o valor da contribuição paga por cada empregado. O plano de benefício definido foi extinto em 1998 e não são permitidas novas adesões. Este plano tem patrimônio independente formado por títulos governamentais de longo prazo, tem apresentando superávit e não há expectativa de déficit futuro que venha a exigir contribuições da Sociedade. Em 2017 o plano apresentou superávit atuarial de aproximadamente R\$ 3.549 (R\$ 3.023 em 2016), conforme segue:

	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais de benefício definido com cobertura:		
Benefícios concedidos	4.277	3.454
Benefícios a conceder	654	876
Valor presente das obrigações atuariais	4.931	4.330
Valor justo dos ativos do plano	8.480	7.353
Valor justo dos ativos em excesso ao valor presente das obrigações atuariais	3.549	3.023
Ganhos ou perdas atuariais não reconhecidas	(3.549)	(3.023)
Ativo líquido do plano	—	—

A Sociedade optou por não reconhecer o ativo líquido acima pelo entendimento de que o referido ganho não será permanente. A movimentação do valor presente de benefício definido é como segue:

	2017	2016
Valor presente das obrigações de benefício definido no início do exercício	4.330	3.662
Custo do serviço corrente	5	4
Custo dos juros	501	474
Ganhos e perdas atuariais	397	419
Benefícios pagos	(302)	(229)
Valor presente das obrigações de benefício definido no final do exercício	<u>4.931</u>	<u>4.330</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano é como segue:

	2017	2016
Valor justo dos ativos no início do exercício	7.353	5.944
Retorno esperado dos ativos do plano	862	780
Ganhos e perdas dos ativos	567	858
Benefícios pagos	(302)	(229)
Valor justo dos ativos no final do exercício	<u>8.480</u>	<u>7.353</u>

	2017	2016
Taxa de desconto de longo prazo	9,28%	11,94%
Taxa de desconto de curto prazo	9,28%	11,94%
Taxa esperada de retorno dos ativos - Não circulante	9,28%	11,94%
Taxa esperada de retorno dos ativos - Circulante	9,28%	11,94%
Taxa de crescimento salarial	5,50%	5,50%
Inflação futura - Longo prazo	5,50%	5,50%
Inflação futura - Curto prazo	5,50%	5,50%
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade:		

conforme preconizado pelo ICPC 08. Segue abaixo o cálculo do lucro líquido por lote de 1.000 ações:

	2017	2016
Lucro Líquido .....	69.045	70.950
Quantidade de ações .....	502.145	502.145
	7,2	7,0

**d. Outras reservas de lucro.** As proposições da destinação do resultado do exercício de 2017, a título de dividendo adicional proposto serão submetidas à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2018. Foi pago no exercício de 2017 o valor de R\$ 31.402 que encontrava-se registrado na reserva de dividendo adicional proposto referente ao ano de 2016, conforme aprovação em AGO de 27 de abril de 2017 que, somados aos R\$ 28.000 de dividendos antecipados no exercício de 2017, representam a quantia total de R\$ 59.402 paga no exercício de 2017.

	2017	2016
Vendas brutas de produtos e serviços mercado interno.....	362.498	382.235
Vendas brutas de produtos e serviços mercado externo.....	70.651	75.702
Encargos sobre vendas .....	(73.652)	(78.544)
Receita líquida .....	359.497	379.393

	2017	2016
Insumos e utilidades.....	143.944	149.809
Gastos com pessoal e benefícios.....	53.578	53.665
Serviços contratados, fretes e encargos gerais.....	57.711	72.582
Depreciação (custo de produção e despesas operacionais)	16.136	14.566
	271.369	290.622

	2017	2016
Despesa com pessoal e benefícios.....	22.234	20.815
Participação nos resultados .....	4.947	4.940
Serviços contratados .....	8.397	8.468
Fretes.....	10.840	10.955
Depreciação (não alocada ao custo de produtos vendidos)		
	2.187	2.360
Outros.....	9.150	11.467
	57.755	59.005

Total de Custo das vendas excluindo as despesas operacionais	213.614	231.617
--	---------	---------

**21. Outras (despesas) /receitas, líquidas**

	2017	2016
Receita na venda de imobilizado.....	106	68
Receita de aluguéis .....	1.178	980
Recuperação de despesas .....	403	702
Outras receitas .....	79	32
Recuperação de impostos.....	7.652	9.872
loms s/venda de imobilizado .....	(1)	-
Baixa de investimento.....	(350)	-
Perdas por impairment .....	(1.162)	-
Perdas diversas .....	(79)	-
Baixa de imobilizado (nota 7) .....	(62)	(18)
	<b>7.764</b>	<b>11.637</b>

A Sociedade procedeu a recuperação de créditos tributários (Pis e Cofins) inerentes aos últimos 5 anos, sobre encargos de depreciação, peças e serviços de manutenção alocados na produção, perfazendo um montante no valor de R\$7.652 (R\$9.872 em 2016).

**22. Resultado financeiro**

	2017	2016
Despesas financeiras		
Despesas bancárias e outras.....	(153)	(44)
	(153)	(44)
Receita financeira		
Aplicações financeiras (Nota 4).....	7.712	9.673
Depósitos Judiciais/Impostos .....	382	517
Outras.....	77	296
	8.171	10.486

**Variações monetárias, líquidas**

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) .....	(89)	(941)
Contas a receber .....	315	(2.939)
Fornecedores, contas a pagar .....	419	(61)
Investimento no exterior.....	(10)	(71)
Outras.....	(1)	(6)
	634	(4.018)
	<b>8.652</b>	<b>6.424</b>

**23. Cobertura de seguros.** A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para danos materiais e lucros cessantes para riscos de incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, e de responsabilidade civil por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	2017	2016
Cobertura de seguro para:		
Danos materiais		
Incêndio, queda de raio e explosão .....	79.748	94.150
Danos elétricos.....	10.748	12.689
Lucros cessantes (período indenitário 6 meses)		
Incêndio, queda de raio e explosão .....	105.069	103.192
Danos elétricos.....	105.069	103.192
Responsabilidade civil .....	3.282	3.875

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
**Oscar Rene Chamberlain Pravia**

Presidente

**Silvio Gustaaf G. Ghyoot**

Conselheiro

**William França da Silva**

Conselheiro

**Scott Allen Tozier**

Conselheiro

**DIRETORIA**
**João Ricardo Barusso Lafraia**

Diretor Superintendente

**Cid Alves de Carvalho Junior**

Diretor

**CONTADOR**
**André Laurentino de Meireles**

CRC-RJ 084437/O-1

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. Distrito Industrial de Santa Cruz - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase.** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e 12, as receitas da Sociedade estão concentradas com seu acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2018, KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Bernardo Moreira Peixoto Neto - Contador CRC RJ-064887/O-8.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2.017. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 9 de Fevereiro de 2.018, sem ressalvas, e observado o parágrafo de ênfase, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de ser apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas. Rio de Janeiro, 15 de Março de 2018.

**Fernando Eduardo Faleiros Ferreira**

Presidente

**Danielle Diniz Pereira**

Vice-Presidente

**Thays Regina Martins Fontes Moreira**

Conselheiro

**Luis Gustavo Viola Gonçalves**

Conselheiro.